

PERSPECTIVA DE FUTURO DOS/DAS JOVENS DE ASSENTAMENTOS RURAIS NA MICRORREGIÃO GUANAMBI, BAHIA

Domingos Rodrigues da Trindade¹

Resumo: Este texto é parte de uma pesquisa de doutorado sobre a constituição social do ser jovem camponês realizada em dois assentamentos rurais: Nova Esperança e Marrecas, que se localizam nos municípios baianos de Palmas de Monte Alto e Malhada, respectivamente. A metodologia trabalhada se pautou numa abordagem qualitativa de pesquisa, utilizando os seguintes instrumentos de coleta de dados: grupo focal, entrevista semiestruturada, observação, questionário, pesquisa documental e diário de campo, considerando a perspectiva do materialismo histórico dialético. A pesquisa aponta que, os projetos de futuro/vida dos/das jovens dos Assentamentos Marrecas e Nova Esperança caminham em duas perspectivas. Uma, em relação à cidade; e outra, na direção do campo. Muitos jovens são atravessados por um sentimento de indecisão sobre quais profissões escolherão. O estudo sugere que os/as jovens se constituem como seres sociais no contexto da Reforma Agrária na base das contradições impostas pela sociedade capitalista.

Palavras-chave: Jovens de Assentamentos Rurais; Perspectivas de Futuro; Projetos Urbanos; Projetos Rurais; Jovens Indecisos.

¹ Professor adjunto do Departamento de Educação, Campus XII da Universidade do Estado da Bahia. Vinculado ao Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (NEPE). Atua nas linhas de pesquisa: Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos e Movimentos Sociais. Juventude, Políticas Públicas e Formação dos Sujeitos. E-mail: rodrizex@hotmail.com

Abstract: This paper is part of a doctoral degree research about the social constitution of peasant youth from two rural settlements: Nova Esperança and Marrecas, in the State of Bahia municipalities of Palmas de Monte Alto and Malhada, respectively. The methodology applied follows a qualitative research guideline, using the following survey tools: focal group, semi-structured interview, observation, questionnaire, documental research and field diary, under a dialectic historical materialism perspective. The research points out that the life/future projects of the youth in the Marrecas and Nova Esperança settlements take two paths: one in relation to the city and another regarding the countryside. Many youngsters have a feeling of indecision regarding their future careers. The study suggests that the youth grow up as social beings in the context of the Agrarian Reform at the basis of the contradictions imposed by the Capitalist society.

Keywords: Youth in Rural Settlements; Perspectives for the Future; Urban Projects; Rural Projects; Indecisive Youth.

Palavras iniciais

Este texto é parte de um estudo de doutorado desenvolvido (2011/2015) em assentamentos rurais na microrregião Guanambi, Bahia, com o objetivo de compreender como os/as jovens da Reforma Agrária se constituem como seres sociais na condição de filhos/as de assentados/as da Reforma Agrária no contexto da sociedade capitalista em processo de expansão no campo. Nesse sentido, buscou-se analisar como os/as jovens da Reforma Agrária elaboram suas trajetórias de vida e seus projetos de futuro. O que os/as jovens estão pensando como projetos de futuro/vida.

Entendo que este estudo se reveste de fundamental importância no sentido de que pensa os/as jovens e o campo brasileiro a partir de suas contradições, contrariando o discurso do sistema capitalista, que defende a “ampliação do processo de reprodução do capital e reforça o poder exploratório da terra e dos sujeitos do campo” (TRINDADE, 2011, p.46). Busca-se, também, a partir das reais condições de vida dos/das jovens dos assentamentos lócus da pesquisa, entender o campo na sua dinamicidade e totalidade, pois “o mundo rural não pode ser compreendido de forma isolada do conjunto da sociedade a que pertence, [...] mas, como um lugar de vida que se define enquanto um espaço singular e um ator coletivo” (WANDERLEY, 2009,

p.18). Da mesma forma que os/as jovens do campo não podem ser entendidos como sujeitos isolados, eles se mobilizam e transitam em diferentes espaços sociais, o que os faz plurais e diversos.

Há uma compreensão entre os pesquisadores de que a juventude rural não é uma categoria homogênea, mas, sim, marcada por uma diversidade de sujeitos demarcados pelos contextos econômicos, históricos, sociais, culturais e políticos (ABRAMOVAY, et al. 1998; CARNEIRO, 1998; STROPASOLAS, 2007; WANDERLEY, 2009; WEISHEIMER, 2005; CASTRO, 2009). Assim, adota-se neste trabalho como categoria de análise a denominação de “jovens de assentamentos rurais” para se referir aos jovens interlocutores da pesquisa, no sentido de privilegiar o lugar em que estão, ou seja, os assentamentos, entendidos como formas de unidades produtivas, criadas por meio de políticas governamentais específicas, que primam pelo reordenamento do uso da terra em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra (BERGAMASCO, NORDER, 1996). O lugar em que os interlocutores da pesquisa estão não é qualquer lugar, mas simboliza a luta coletiva, histórica e de classes, que ainda não se dá por encerrada.

Questões metodológicas e o contexto da pesquisa

Para entender a realidade social dos/das interlocutores/as da pesquisa, foi necessário combinar análises processuais e estruturais, utilizando aspectos subjetivos e objetivos. Portanto, busquei me inserir em duas dimensões: a realidade em si (assentamentos Nova Esperança e Marrecas) e os significados que os sujeitos sociais atribuem à realidade, com base nos processos de interação dentro e fora dos seus contextos. Segundo Minayo (2007, p.61), “o trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os ‘atores’ que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico”.

O contexto pesquisado situa-se na realidade rural da Bahia, (assentamentos Nova Esperança e Marrecas) na microrregião de Guanambi, fruto da luta dos povos do campo, permeada de contradições, logo as narrativas tecidas sobre essa realidade divergem das narrativas que, hegemonicamente, caracterizam o rural, estigmatizado como espaço do atraso, da tradição e impermeável às mudanças. Meu olhar sobre o espaço da investigação foi se ampliando, gradativamente, a partir da minha imersão no campo de pesquisa. Colocar-me nesse contexto, proporcionou viver a experiência dos/das interlocutores/

as pesquisados/as, seja pela observação, seja por meio das narrativas dos sujeitos, das confidências, do dito e do não dito presentes no cotidiano dos/ das interlocutores/as do estudo. Na qualidade de pesquisador, reconheço que levei informações que, mesmo silenciosas, falam pela presença naquele lugar.

Assim sendo, a minha inserção (dormir, amanhecer, frequentar espaços de convivência, de lazer, de acesso ao conhecimento) nos assentamentos Nova Esperança e Marrecas, que se localizam nos municípios baianos de Palmas de Monte Alto e Malhada, respectivamente, foi de fundamental importância no sentido de compreender o lugar da fala dos/das interlocutores/as da pesquisa, seus sonhos, seus desejos, suas angústias, seus desafios, e nutri-me das condições para compreender os elementos componentes da constituição social dos/das jovens no contexto desses espaços. Os diálogos estabelecidos com os/as interlocutores/as e outros moradores dos assentamentos durante a pesquisa de campo subsidiaram significativamente a compreensão de como os/as jovens constroem seus modos de vida, seu ser jovem de assentamento rural da Reforma Agrária, e a constatação de que, por sua vez, não são isolados do restante do mundo.

Desta forma, para responder aos objetivos propostos no estudo recorri aos seguintes instrumentos de coleta de dados: questionário, grupo focal, entrevista semiestruturada, observação, pesquisa documental e diário de campo, considerando a perspectiva do materialismo histórico dialético. Numa lógica de complementaridade, procedi à apreciação dos dados coletados com base na análise de conteúdo, na modalidade temática, segundo Bardin (1979).

Os dados a seguir, referentes aos assentamentos, foram coletados por meio do acesso a atas de reuniões da Associação dos Trabalhadores Rurais dos assentamentos já mencionados; entrevista com o presidente de cada Associação (2012); conversas informais entre o pesquisador e os moradores das comunidades pesquisadas. Além dessas fontes, dados foram extraídos do DVD “Dez anos do Assentamento Marrecas”, produzido pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia (Fetag) Polo de Guanambi e Associação dos moradores do assentamento (2010).

Quanto à identificação dos/das interlocutores/as da pesquisa foi garantido o anonimato, no sentido de obedecer à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que estabelece as normas regulamentadoras sobre pesquisas, envolvendo seres humanos.

Assentamento Marrecas

Figura 1- Entrada principal do assentamento Marrecas



Fonte: TRINDADE, 2015, p.125

O Projeto de Assentamento Marrecas, assim como a maioria dos projetos de Reforma Agrária no país, foi fruto de intensa luta social e política. Iniciou-se em 29 de setembro de 1999, quando 90 famílias sem-terra provenientes dos municípios baianos: Malhada, Palmas de Monte Alto, Sebastião Laranjeiras e Iuiú, ocuparam a Fazenda Marrecas, situada em Malhada, município que fica à margem direita do rio São Francisco, na região Centro-Sul da Bahia, com uma população de 16.014 habitantes; desse total, 9.455 (60,18%) residem no meio rural². O número de jovens (de 15 a 29 anos) desse município é de 4.645; desse total, 2.795 (60,18%) estão no meio rural, dos quais, 44,51% são do sexo feminino (IBGE, 2010).

Vale destacar que o conceito de jovem definido pelo IBGE é um conceito cronológico, restrito a aspectos etários, portanto não é o mais adequado para se conceituar quem são os jovens do Brasil, aqui em particular os jovens dos municípios investigados. Compreendo os/as jovens como sujeitos sociais, históricos, políticos e culturais com singularidades e especificidades (CARDOSO; SAMPAIO, 1995); desse modo, não podem ser entendidos

² Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidades/2010>. Acesso em 12/05/2012.

numa dimensão unilateral.

Retomando a questão da formação histórica do assentamento Marrecas, é necessário destacar que o objetivo de uma ocupação é forçar o governo a criar um processo de desapropriação das terras. Segundo Rosa (2012, p. 509), “as ocupações de terra são hoje a principal estratégia de ação coletiva adotada por movimentos sociais que lutam pela realização de uma Reforma Agrária no Brasil”. Nesse sentido, a ocupação da terra configura-se como forma e espaço de luta e resistência camponesa contra a intensificação da concentração fundiária, a exploração e as desigualdades geradas pelo sistema socioeconômico dominante, o que, por sua vez, demarca os conflitos de classe.

É importante ressaltar que as ocupações foram e continuam sendo, na prática, a única estratégia para se conseguir o reconhecimento do Estado de que uma terra não cumpre sua função social. Do ponto de vista político, a ocupação força o governo a realizar a desapropriação de propriedades consideradas improdutivas (aquelas que não apresentam utilização satisfatória, conforme indicadores de desempenho definidos pelo INCRA). Ela é instrumento de mobilização social e política por parte do movimento social organizado. Na perspectiva da estratégia, os conflitos se dão pautados na apropriação de terras devolutas e na desapropriação de terras improdutivas (BUAINAIN, 2008).

Todavia, a cobertura midiática elitista difunde as ações e as tensões geradas pelo processo de ocupação da terra de forma a legitimar o discurso das classes dominantes, principalmente dos latifundiários, atualmente transfigurados nos donos do agronegócio. Logo, a mídia, “reveste-se de papel conservador e defensor do direito de propriedade, assumindo função norteadora na esfera político-ideológica, referendando a posição dos latifundiários” (FREITAS, 2010, p.100-101). Dessa forma, o processo histórico-político de ocupação da terra no Brasil é transformado em ato criminoso de invasão da propriedade privada.

Isso significa a construção de uma representação social negativa, estereotipada dos sujeitos em luta pela democratização da terra. Nessa perspectiva, a ação de ocupar a terra passa a ser vista como algo perigoso, violento, que provoca a desordem social, havendo assim uma inversão ideológica da ação social dos sujeitos em luta pela terra.

Entretanto, no entendimento de Rosa, as ocupações têm servido ao menos para dois fins:

Promover o direito do acesso à terra para quem deseje fazer um uso social justo de sua propriedade, e estabelecer limites ao direito de propriedade em casos de uso meramente especulativo do solo brasileiro, de cultivos ilegais e da exploração ilegal de trabalhadores (trabalho escravo) (ROSA, 2012, p. 512).

Vale enfatizar que a luta pela terra não é apenas dos demandantes dela. Há uma diversidade de sujeitos diretamente envolvidos nesse processo pela democracia da terra, a saber: movimentos sociais e sindicais do campo, organizações não governamentais, igrejas, associações de produtores rurais, dentre outros. No caso especial do Assentamento Marrecas, participaram da luta, juntamente com os demandantes, Movimento de Luta pela Terra (MLT), Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Igreja Católica, Partido dos Trabalhadores e Fetag/BA Polo de Guanambi. Contudo, vale ressaltar que, na atualidade, o assentamento não tem vínculo com nenhum movimento social, apenas com o movimento sindical.

Já no primeiro ano de ocupação da Fazenda Marrecas, as famílias começaram a plantar numa área coletiva. Em janeiro de 2000, realizaram a primeira colheita dentro do acampamento. A terra, mesmo que juridicamente não sendo das famílias, começava a dar os primeiros frutos. Desse modo, as famílias começavam a dar sentido à luta. Conforme bem afirma Fernandes (2012, p. 21), o “acampamento é a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para produção e moradia”.

Da condição de acampado à garantia do direito à terra (posse da terra) exige-se a criação de diversas estratégias de luta. Tratando-se do caso expresso aqui, foi necessária a criação de mecanismo que auxiliasse nas negociações entre camponeses e o Estado, na perspectiva da conquista de novos direitos. Assim, no final do ano de 2000, cria-se a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Marrecas com o intuito de fortalecer a luta e atender às exigências do Incra para a concessão de benefícios, como a posse da terra, recursos para a construção das casas e manutenção da terra.

Em 2003, as famílias receberam a posse da terra. Essa conquista de direito se deu por meio do processo de desapropriação de terras improdutivas que tinham sido assoladas pelo plantio intensivo da monocultura do algodão nos anos de 1970 e 1980, impulsionada pelo projeto do agronegócio na região. Na disputa de poder, a partir do confronto entre terra de negócio x terra de trabalho (MARTINS, 1997), reprodução do capital x reprodução da vida, afloram as contradições da forma como o modo de produção e reprodução

capitalista se desenvolve no campo brasileiro (SOUZA, 2009). Entretanto, entende-se que a posse da terra é um instrumento que fortalece a luta dos trabalhadores. É uma conquista de direito que se materializa e impõe novas relações com o Estado.

Essas novas relações precisam acontecer numa perspectiva ampliada. Para Gramsci, o conceito de Estado incorpora as múltiplas formas de organização da vida social, abrangendo a sociedade civil (agentes sociais associados aos aparelhos privados de hegemonia), e a sociedade política, composta pelos aparelhos e agências do poder público propriamente dito. Nesse sentido, o “Estado em Gramsci não é sujeito nem objeto, mas sim uma relação social, ou melhor, a condensação das relações presentes numa dada sociedade” (MENDONÇA, 2012, p. 350).

Dessa forma, a partir do ato de posse da terra, o Estado reconhece as demandas da classe trabalhadora sem-terra. Nesse sentido, “assentar significa reconhecer uma situação de conflito, determinados agentes sociais, demandas, muitas das quais até então ignoradas, e, possivelmente, permitir sua transformação em direitos, o que implica trazer uma mediação legal para o conflito” (MEDEIROS, LEITE, 1998, p.160). Tendo por base esse entendimento, pode-se dizer que a criação do projeto de assentamento Marrecas se configura como símbolo da luta dos sem-terra da microrregião Guanambi, pois motivou a criação de outros projetos e ocupações de terras na região, a exemplo do assentamento “Vale do Iuiú”, também situado no município de Malhada.

No ano de 2005, as famílias foram contempladas com o auxílio do Incra para a construção das casas, as quais foram construídas separadas dos lotes, em forma de vila, organizadas em ruas, deixando ao centro uma praça, onde foi construída uma igreja católica e a escola da comunidade. A prática religiosa predominante é a católica, mas existem outras denominadas evangélicas: Igreja Batista, Assembleia de Deus, etc. As pessoas evangélicas participam dos encontros de cada religião no distrito Julião³, ou na cidade Malhada, pois, até o momento, só a Igreja Católica tem o seu prédio para celebrar os cultos aos finais de semana e missas quando a comunidade marca com o padre, a exemplo da festa de São Miguel, padroeiro da comunidade.

O assentamento dispõe de energia elétrica, água encanada de poços artesianos para abastecimento das casas. Há também uma área de 1040

³ O Distrito Julião fica a 5km da sede do município Malhada e a 8km do assentamento Marrecas. É o lugar que a população do assentamento mais frequenta, pois aí, aos domingos, acontece à feira livre e aí fica situada a escola que oferta as séries finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, escola onde os/as jovens do referido assentamento estudam.

hectares reservada para a preservação ambiental permanente.

No que se refere às características da produção do assentamento, a unidade produtiva é diversificada, composta em sua maioria de atividades temporárias, voltadas para a produção alimentar. No aspecto da organização do trabalho dentro do assentamento, ele se dá de forma individualizada e coletiva. O trabalho coletivo acontece em uma área comunitária de 20 hectares que foi reservada no momento da divisão das parcelas. Atualmente, o trabalho coletivo tem acontecido também, a partir da iniciativa de um grupo de mulheres, ainda não formalizado, as quais produzem biscoitos de polvilho que são fornecidos à Secretaria da Educação do município de Malhada e utilizados na merenda escolar. Além dos biscoitos, no período da colheita da manga e maracujá, a polpa dessas frutas também é fornecida à merenda escolar do município.

Em 2007, as famílias acessaram o financiamento do Banco do Nordeste para a compra de gado leiteiro; no período chuvoso, há uma produção média de 2000 litros de leite por dia, vendidos para uma cooperativa no município de Guanambi/BA, que fica, aproximadamente, a 80 km do assentamento. A comunidade dispõe de um resfriador de leite e uma casa de farinha onde é beneficiada a mandioca produzida nas parcelas e na área coletiva.

No aspecto educacional, existe uma escola municipal dentro do assentamento, com quatro salas de aula, três multisseriadas, que oferta da Educação Infantil aos anos Iniciais do Ensino Fundamental e uma de Educação de Jovens e Adultos. São quatro professoras da rede municipal de ensino, sendo três residentes no próprio assentamento, e uma no distrito próximo. Os/as jovens dos anos finais do Ensino Fundamental e Médio utilizam-se do transporte escolar para estudarem no colégio do distrito mais próximo da comunidade.

Na questão cultural, a televisão tem sido o canal mais expressivo de transmissão de valores culturais. Mas já é tradição na comunidade comemorar a data de São Miguel. A Igreja Católica há 13 anos vem realizando essa festa no assentamento, tornando-se um espaço/tempo de socialização dos/das jovens. No concernente aos espaços de socialização, são bastante reduzidos. O assentamento Marrecas dispõe de campo de futebol, usado pelos rapazes, crianças e adultos. A socialização dos/das jovens se dá também em espaços fora da comunidade por meio das relações que se estabelecem no próprio meio rural e urbano mais próximo de onde vivem.

O assentamento foi contemplado com o Programa Biblioteca Arca das Letras, vinculado aos Territórios da Cidadania e coordenado pelo Ministério

do Desenvolvimento Agrário (MDA). No momento da realização da pesquisa, o assentamento foi contemplado com o Projeto Ponto de Leitura do Programa Mais Cultura do Ministério da Cultura em parceria com o Ministério da Educação, Projeto que funcionará em uma sala da escola da comunidade. A comunidade acessa ainda o Programa da Saúde da Família (PSF), conta com uma Agente Comunitária (que é assentada), que desenvolve o trabalho de visitação às casas dos moradores, orientando-os sobre noções básicas de saúde e agendamento de consultas médicas.

Assentamento Nova Esperança

Figura 2 – *Entrada principal do assentamento Nova Esperança*



Fonte: TRINDADE, 2015, p.131

Em Palmas de Monte Alto/BA, município da microrregião Guanambi, localiza-se o Assentamento “Nova Esperança”, aproximadamente a 15 km da sede do município. A história desse assentamento inicia-se no ano de 2001, quando 40 famílias compostas de agregados, assalariados do latifúndio, arrendatários, meeiros, trabalhadores sem-terra ocuparam a Fazenda Mangueira, considerada improdutiva. Dessa comunidade rural é proveniente a maioria das famílias assentadas no Nova Esperança.

Após a ocupação, as famílias criaram a Associação Comunitária Nova Esperança dos sem-terra da Mangueira, com o apoio da Fetag Polo de

Guanambi e do sindicato dos trabalhadores rurais do município de Palmas de Monte Alto, que passaram a ser os atores subsidiadores nos conflitos, nas articulações necessárias para a compra da terra e a concessão de posse.

Por aproximadamente três anos, as 40 famílias provenientes de várias comunidades rurais do referido município ficaram acampadas em barracos na Fazenda Mangueira, até o ano de 2003, quando conquistaram a posse da terra, por meio do Banco da Terra/Crédito Fundiário. Cada família teve a posse de 15 hectares de terra. As casas foram construídas no final de 2003 e início de 2004, concentradas em uma única área, formando uma vila. Hoje as famílias dispõem de uma escola, uma casa de farinha, energia elétrica, telefone público e sinal de celular.

As características socioeconômicas do assentamento se constituem de duas formas, na base do modo de produção coletivo e individual. As famílias dispõem de uma área coletiva, onde se planta feijão, mandioca, milho e outros. Para cuidar dessa área, cada família, durante a semana, é responsável por um dia de serviço na área coletiva conforme prevê o Estatuto Social da Associação do Assentamento. Entretanto, enquanto assistia a uma reunião do grupo associado, pude perceber que muitas famílias hoje não trabalham na área coletiva, preferindo pagar um valor de 10 reais por semana para a associação, ou uma taxa mensal de 40 reais. O Estatuto versa que a produção da área coletiva deverá ser destinada à manutenção do espaço coletivo e pagamento da terra. Segundo o presidente da associação, as famílias estão com o pagamento da dívida da terra atrasado e também, das trinta e sete famílias que foram beneficiadas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para comprar gado leiteiro, apenas 10 famílias conseguiram quitar a dívida até o momento da pesquisa.

Constatei, por meio das conversas que tive no decorrer da pesquisa com as famílias, presidente da associação e na reunião dos associados de que participei no dia 01/10/2013, na qual menos da metade dos sócios estiveram presentes, que muitos moradores do assentamento Nova Esperança não acreditam na coletividade como uma forma organizativa de trabalho. Nessa mesma reunião, o presidente, enfaticamente, ressaltou que, trabalhando individualmente, eles não vão conseguir pagar as parcelas atrasadas do crédito de financiamento da terra. O desencontro de perspectiva em relação ao trabalho dentro do assentamento reduz, ou inviabiliza, na totalidade, a interação entre os associados.

Os produtores também plantam em suas áreas individuais para a subsistência e vendem o excedente para compradores da sede do município.

O leque das atividades produtivas é bastante parecido entre os dois assentamentos descritos, em geral as famílias praticam alguma forma de combinação entre culturas e criações de animais, e fazem uma associação entre a lógica de autoconsumo e a lógica de comercialização. Ainda segundo o presidente da associação, algumas famílias não trabalham mais na terra por várias razões: preferem trabalhar em fazendas próximas ou distantes (como diaristas ou assalariados); em algumas famílias os pais já são aposentados e os filhos/as não moram no assentamento ou moram, mas vivem da aposentadoria dos pais.

Muitos homens preferem o trabalho individual dentro das suas parcelas ou fora do assentamento, seja como diaristas na produção agrícola, empregados de carteira assinada, seja em outros serviços, como na produção de carvão vegetal. Em alguns casos o trabalho fica distante do assentamento, o que impede a presença constante do pai dentro do assentamento, ficando os/as filhos/as sob o cuidado da mãe. No entendimento do presidente da Associação, isso tem causado um enfraquecimento do grupo coletivo dentro do assentamento, uma vez que quem trabalha mais na produção agrícola é o homem, então, se o assentado não trabalha em sua parcela, tampouco na área coletiva, conseqüentemente, ele não terá uma participação efetiva nos momentos de discussão dos problemas da comunidade, sobretudo nos relacionados à produção do assentamento.

É por meio da organização participativa entre as famílias que as decisões devem ser tomadas no interior do assentamento. A vida em comunidade deve-se pautar pelas normas de convivência, de maneira que o indivíduo não deve promover qualquer prática que porventura venha a prejudicar a coletividade. Essa é uma questão complexa, emblemática no processo de convivência social, sobretudo porque nega as regras estabelecidas pelo grupo coletivo. O indivíduo que não as cumpre passa a ser estranho frente àquilo que foi legitimado pela coletividade. É o caso, por exemplo, do assentado que não cumpre o que está previsto no estatuto, este perde teoricamente a sua condição de assentado.

No que concerne à questão educacional, os assentados dispõem de uma escola municipal dentro do assentamento, funcionando com uma turma multisseriada. A escola oferta da Educação Infantil aos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para cursar os anos finais do Ensino Fundamental, os estudantes são transportados, em ônibus escolar, para o colégio da comunidade rural de Barra do Riacho, que fica próximo ao assentamento. Os/as jovens do Ensino Médio estudam na sede do município, em colégio

da rede estadual de ensino. Ao terminar o ensino médio, por falta de uma política pública de continuidade dos estudos, os/as jovens são obrigados a encerrar o processo de formação. Muitos jovens homens vão para o corte de cana, retornando ao seio dos seus familiares após a colheita, outros/as jovens vão para as cidades trabalhar em empresas, casas de famílias. No início da pesquisa, as crianças e adolescentes participavam, no turno oposto às aulas, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), mas, na última fase da coleta de dados, esse programa não estava sendo mais oferecido no assentamento. Isso leva a crer que seja uma questão político-partidária, considerando que muitas das famílias não apoiam o prefeito atual.

Os aspectos de bens culturais e socialização são precários. A televisão é a presença marcante como transmissora de valores culturais, e o campo de futebol o espaço efetivo de socialização. Os moradores desse assentamento recorrem à escola para fazer encontros da Igreja Católica devido não ter ainda a comunidade um espaço específico construído. Outro espaço de socialização das pessoas do assentamento Nova Esperança é a sede do município, frequentado, principalmente, aos sábados, que são dias de feira.

No aspecto da saúde, os moradores do assentamento dispõem apenas de um agente comunitário, que desenvolve um trabalho de informação e orientações básicas de saúde preventiva, por meio de visitação às famílias.

No que se refere às tomadas de decisões dentro do Assentamento Nova Esperança, estas são mediadas pela Associação Comunitária, que tem uma frequência mensal de reuniões com as famílias, para discutir as questões que envolvem a vida de todos, sejam elas de ordem interna ou externa. No entanto, conforme pude observar na reunião de que participei e confirmação do presidente da associação e pessoas com quem conversei no decorrer da pesquisa, as reuniões estão cada vez mais esvaziadas, o que converge para a falta de importância dada à organicidade, ao trabalho coletivo dentro do assentamento. A participação das mulheres é mais significativa, inserindo-se nos momentos de discussões. As mulheres têm procurado ocupar seu espaço dentro das discussões referentes aos problemas que envolvem a vida da comunidade. Ao participar da reunião da associação, pude observar que, naquele espaço social se legitimam determinados processos de construção de pertencimentos, embora, em nenhum momento durante a pesquisa tenha percebido uma vinculação efetiva das famílias de ambos os assentamentos com algum movimento social.

No âmbito das políticas públicas/programas/ações dos governos, os assentamentos têm acessado algumas iniciativas do governo federal em

parcerias com o Estado, município e organizações não governamentais. As comunidades dispõem de cisternas⁴ de captação de água de chuva para consumo humano, do Programa Um milhão de Cisternas (P1MC) da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Esse programa é uma das ações do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido Brasileiro.

É importante considerar que, se antes a luta era imbuída pelo desejo da conquista da terra, após a conquista a luta ganha novo formato, constituindo-se de velhos e novos desafios. Outras configurações se apresentam que vão da organização política dentro do assentamento à organização da produção e reprodução social, e tantas outras questões que emergem a partir da posse da terra.

O perfil dos/das jovens da pesquisa

O perfil dos/das jovens foi construído com informações extraídas do questionário e das outras técnicas de levantamento de dados utilizadas. No entendimento de Gil (2008, p.120), o questionário constitui “um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações”.

Para maior compreensão do processo de aplicação do questionário, faz-se necessário esclarecer que este foi aplicado em dois momentos da pesquisa. Inicialmente, havia a dúvida de como fazer o recorte etário dos/das jovens, considerando a juventude como uma categoria social, que cada sociedade pode adotar um conceito e definir idades diferentes para identificá-la. Quem eram os/as jovens desses espaços? Quem se considerava jovem? Diante dessa inquietação, decidi a priori não definir as idades dos/das jovens da pesquisa, mas deixar que eles/as mesmos/as e as comunidades (assentamentos) os/as identificassem. Não queria, arbitrariamente, traçar um recorte etário. Então, decidi entrar em contato com o presidente da associação de cada assentamento, primeiro por telefone, e depois pessoalmente, para falar do

⁴ A cisterna é uma tecnologia para a captação de água da chuva: a água que escorre do telhado da casa é captada pelas calhas e cai direto na cisterna, onde é armazenada. Com capacidade para 16 mil litros de água, a cisterna supre a necessidade de consumo de uma família de cinco pessoas por um período de estiagem de oito meses. Os Estados e Municípios precisam firmar convênios com o MDS para a construção dessas cisternas. Essa experiência tem beneficiado a população rural de baixa renda do Semiárido brasileiro, que sofre com os efeitos das secas prolongadas.

estudo que pretendia realizar e agendar um encontro com os/as jovens dessas comunidades. O encontro no assentamento Marrecas foi agendado para o dia 05/12/2012, no período matutino, e no Assentamento Nova Esperança para o dia 09/12/2012, também pela manhã. Ambos os encontros com os/as jovens foram marcados na escola de cada assentamento.

Nos dias e horários marcados fui aos assentamentos ao encontro dos/das jovens. Minha intenção naquele momento era descobrir quem eram os/as jovens desses espaços, quem se considerava jovem. Compareceram no assentamento Marrecas 21 jovens (rapazes e moças) e no assentamento Nova Esperança 20 jovens (rapazes e moças). Apresentei-me, expliquei o que pretendia desenvolver dentro de cada assentamento, quem eu iria convidar a participar da pesquisa, o tempo que duraria para eu terminar o estudo. Procurei fornecer informações básicas que considere importantes naquele momento, para motivá-los/as a participarem da pesquisa. Após explicação do porquê da minha presença ali, perguntei quem gostaria de participar da pesquisa, e todos/as se dispuseram a participar. Em seguida, comuniquei que precisaria que eles/as respondessem a um questionário com algumas questões referentes à idade, à etnia, à escola, ao trabalho. Furneci material necessário (lápis, borracha) para que eles/as pudessem responder ao questionário.

Após terminarem de responder ao questionário, agradei pela disposição em aceitarem a participar do estudo, e expus para os/as jovens que em outros momentos eu iria voltar ao assentamento para dar continuidade à pesquisa. Nesse primeiro contato com os/as jovens dos assentamentos rurais, uma questão me chamou a atenção. Uma “jovem” de 31 anos que também esteve presente nesse primeiro momento da investigação, não se considerava jovem, pois, segundo ela, já era casada e tinha filhos. Todavia, a questão de ser casado/a, ter filhos não parece ser algo definidor de quem é ou não jovem dentro dos assentamentos investigados na sua totalidade, uma vez que, na segunda etapa da pesquisa, alguns interlocutores que se consideraram jovens, têm filhos, vivem com companheiro/a ou têm filho e moram com os pais. “Na verdade, ser jovem corresponde também a uma autorrepresentação que tende a uma grande elasticidade em termos etários, proporcional às dificuldades crescentes de ingresso no mercado de trabalho e a sua informalização excessiva no Brasil” (CARNEIRO, 1998, p.98). Contudo, exige-se um olhar crítico sobre a passagem do indivíduo jovem para a fase adulta, uma vez que os critérios de entrada no mundo adulto hoje estão cada vez mais flexíveis, as trajetórias dos/das jovens e as relações

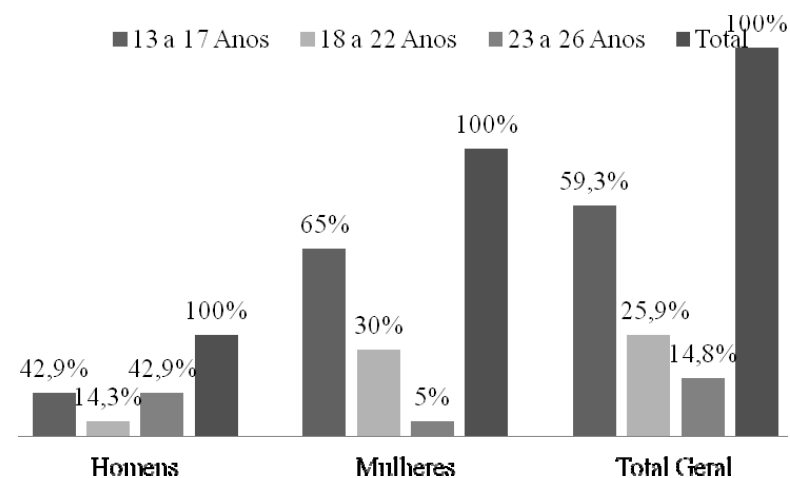
familiares muito mais dinâmicas em relação às gerações passadas, Novaes (2006) e Pais (2006).

A partir das informações levantadas por meio do questionário, foi identificada a faixa etária dos/das jovens dessas duas comunidades de 13 a 30 anos. Nesse momento, a juventude foi vista apenas como faixa etária, seguindo critério cronológico (WEISHEIMER, 2009). Reafirmo que essa compreensão ou definição de quem é ou não jovem não contempla as singularidades que constituem o modo de ser jovem. Todavia, este passou operacionalmente a ser o recorte etário dos/das interlocutores/as jovens da pesquisa, o qual, por sua vez, foi construído pelos próprios jovens, eu apenas o adotei no estudo. Entretanto, é importante esclarecer que, no segundo momento da pesquisa, apenas compareceram aos encontros agendados pelo pesquisador, jovens de 13 a 26 anos de idade. Assim, os dados da pesquisa se referem aos jovens dessa faixa etária, como pode ser observado nos gráficos que se seguem.

Ao retornar aos assentamentos quase um ano depois da primeira visita, decidi reaplicar o questionário aos jovens, trazendo duas novas questões, uma sobre o projeto de futuro e a outra sobre a relação deles/as com movimento social/sindical e/ou grupo de jovens. Além disso, novos jovens apareceram para participar do estudo e outros desistiram. No assentamento Marrecas foi reaplicado no dia 25/09/2013 e no Assentamento Nova Esperança no dia 02/10/2013, os mesmos dias em que foram realizados os grupos focais, respectivamente. Responderam ao questionário nessa segunda etapa um total de 27 jovens entre homens e mulheres.

Vale ressaltar aqui a predominância das jovens mulheres na pesquisa, como pode ser observado na figura 3. Essa diferença entre o número de jovens (homens) e jovens (mulheres) se atribui à própria condição estrutural das famílias no contexto pesquisado, que obriga os filhos e às vezes os pais a saírem em busca de trabalho assalariado.

Figura 3 1 - Faixa Etária dos/das jovens da pesquisa

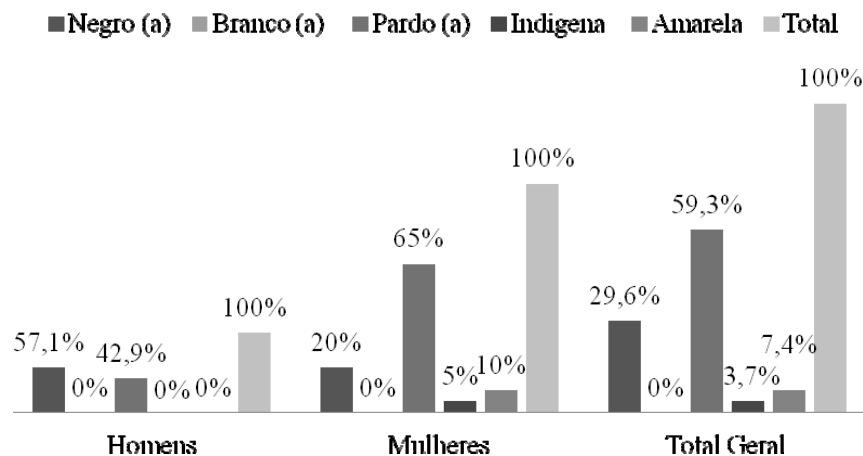


Fonte: Questionário aplicado pelo autor/2013.

Do total de jovens que responderam ao questionário na segunda etapa da pesquisa, 14 são do assentamento Marrecas, e 13 do assentamento Nova Esperança. A distribuição etária dos/das jovens da pesquisa é composta por 59,3% de 13 a 17 anos, por 25,9% de 18 a 22 anos, por 14,8% de 23 a 26 anos. Entre os homens, essa divisão se estabelece em 42,9% de 13 a 17 anos, em 14,3% de 18 a 22 anos, em 42,9% de 23 a 26 anos. Entre as mulheres, temos a seguinte divisão: em 65% de 13 a 17 anos, em 30% de 18 a 22 anos, e 5% de 23 a 26 anos de idade. Do total de 27 jovens, 20 são do sexo feminino, o que corresponde a 74,7% do total geral dos interlocutores jovens da pesquisa.

Dos 27 jovens que responderam ao questionário, entre os homens 57,1% se autodefiniram negros, 0% brancos, 42,9% pardos, 0% indígenas, 0% amarelo. Entre as mulheres, 20% se autodefiniram como negras, 0% como brancas, 65% como pardas, 5% indígenas, 10% amarelas. No total geral, negro/a corresponde a 29,6%, branco/a 0%, pardo/a 59,3%, indígena 3,7%, amarelo 7,4% conforme pode se observar na figura 2.

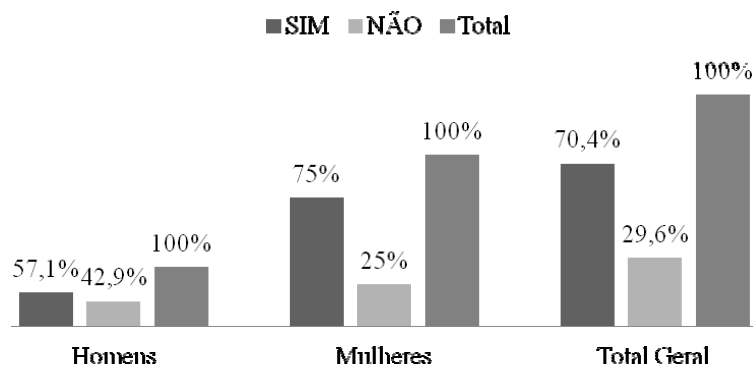
Figura 4 - Autodefinição étnica dos/das jovens



Fonte: Questionário aplicado pelo autor/2013.

No quesito estudo, os jovens interlocutores da pesquisa, os quais responderam ao questionário, são representados da seguinte forma: entre os rapazes, 57,1% estavam frequentando a escola e 42,9% estavam fora da escola; no grupo das jovens mulheres, 75% frequentavam e 25% estavam fora da escola conforme figura 5. Contudo, a título de esclarecimento ao leitor, os jovens (rapazes e moças) que estavam fora da escola já concluíram o ensino médio. Por falta de oportunidade para continuar o seu processo de escolarização, são obrigados a encerrar nesse momento a vida escolar.

Figura 5 - Estudo



Fonte: Questionário aplicado pelo autor/2013.

A aplicação do questionário aos jovens proporcionou ao pesquisador conhecimento da heterogeneidade do grupo de jovens, serviu para construir o perfil deles e, inicialmente, ter uma noção da relação dos/das jovens com o trabalho no campo, seus projetos de futuro, os espaços de sociabilidade, questões aprofundadas na realização dos grupos focais.

O jovem e a perspectiva de futuro: o certo incerto e o indeciso

A exploração analítica dos dados da pesquisa e considerando a realidade vivida pelos/as jovens pesquisados/as, o que está à disposição ou não da juventude, no sentido da elaboração dos projetos de futuro, tudo isso constitui um processo bastante complexo. As perspectivas de futuro dos/das jovens são atravessadas de contradições e conflitos que emergem das condições objetivas e subjetivas que envolvem a vida cotidiana e as relações que eles/as estabelecem dentro e fora dos assentamentos. É importante considerar que esses sujeitos não estão isolados do mundo. Eles circulam entre as fronteiras do rural e o urbano, incorporando em suas trajetórias as vicissitudes espaciais e temporais e, ao mesmo tempo, deixam suas marcas nos espaços por onde transitam.

A complexidade desse processo se traduz na fluidez da categoria juventude rural e remete à compreensão da heterogeneidade que essa categoria carrega em sua essência, questão que tem gerado um intenso debate teórico na atualidade, permeando as ciências humanas e sociais. Autores como Carneiro (2007; 2011); Wanderley (2007); Castro et al. (2009), dentre outros, têm se debruçado sobre as questões da vida cotidiana dos/das jovens do campo, principalmente no que se refere às perspectivas dessa juventude.

Assim, neste estudo, no esforço de compreender como os/as jovens filhos/as de assentados inseridos/as num contexto de Reforma Agrária se constituem como seres sociais imersos num complexo processo de expansão do capitalismo no campo, procurei ouvi-los/as no intuito de que os próprios jovens falassem sobre seus desejos, seus sonhos, seus projetos de futuro. Os dados indicaram três grupos de aspirações juvenis: os/as jovens que pretendem continuar o processo de escolaridade, almejando fazer uma faculdade; outros que pensam em encerrar a formação com o ensino médio/profissionalizante. E um grupo que foi classificado como os/as jovens indecisos no que tange às escolhas profissionais.

Não é demais lembrar que a juventude, compreendida como uma

construção social e histórica (WEISHEIMER, 2009; PAIS, 1990), não está imune a associações vinculadas a um tempo de incerteza. Seja a condição juvenil rural ou urbana, é permeada de tensões, de tomadas de decisões, sejam relacionadas à profissão, ao casamento, ao estudo, enfim, os/as jovens são impulsionados a fazer escolhas na vida e para a vida.

Na sociedade contemporânea, em especial no Brasil, as mudanças socioeconômicas pelas quais tem passado o campo impõem incertezas no momento de escolher essa ou aquela profissão: continuar, ou não, o trabalho da família camponesa; que possibilidade eu tenho para encaminhar meus projetos de futuro. No caso particular dos/das jovens do presente estudo, reafirmo que eles/as sofrem essas tensões, dadas as circunstâncias que lhes são apresentadas provenientes da realidade concreta na qual estão inseridos/as. Os/as jovens dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança vivem em condições de precariedade em dimensões múltiplas, culturais, educacionais, lazer, trabalho, saúde, dentre outras.

No que diz respeito aos projetos de futuro dos/das jovens interlocutores/as da pesquisa, encontram-se perspectivas relacionadas à profissão em duas direções, ou seja, projetos relacionados à vida no espaço urbano e no espaço rural. No decorrer da investigação, seja por meio das narrativas dos grupos focais, nas conversas informais e questionário aplicado aos/às jovens, os dados revelaram que os projetos profissionais das moças quase sempre estão relacionados à cidade. Numa posição contrária estão os projetos dos rapazes, exceto um, que pretende ser advogado. Hoje, o curso de Direito também é ofertado para os/as jovens do campo, a exemplo do curso de Direito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) ofertado em algumas universidades públicas no Brasil.

Outros estudos, como os de Abramovay et al. (1998); Weisheimer (2005); também apontaram uma preferência por parte das jovens por projetos profissionais voltados para o meio urbano, gerando uma masculinização do campo (ABRAMOVAY et al. 1998). Segundo Frigotto (2004), com base em dados de um levantamento feito pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo Programa Nossa Primeira Terra, 60% de 141 jovens entrevistados de 50 municípios brasileiros apontaram que gostariam de permanecer no campo e estudar áreas afins e 62,5% por falta de oportunidades querem sair do meio rural. Esse autor coloca, que a saída dos/das jovens do campo, tem relação com: trabalho (28,5%), estudo (26,5%), trabalho e estudo (26,5%) e 17,5% por outras razões. Tais fatores dialogam com os indicados pelos/as jovens da pesquisa que ora se realiza.

Projetos urbanos

A exploração dos dados da pesquisa permite apontar que os sonhos, as perspectivas de futuro passam a ser identificados por uma relação de subordinação à cidade, historicamente construída no imaginário da sociedade dominante. No entanto, as escolhas dos/das jovens são marcadas muito mais por uma questão de ordem econômica do que geográfica. Isso não significa que a localização não exerça influência sobre as tomadas de decisões referentes aos projetos profissionais dos/as jovens. Segundo (WEISHEIMER, 2007, p. 248): “o projeto constitui-se numa antecipação consciente do futuro contingente que revela o ser e o transforma orientando sua conduta em direção a um futuro pretendido.” Eis algumas falas dos/das interlocutores/as extraídas dos grupos focais referentes às perspectivas profissionais:

Eu pretendo fazer medicina, pretendo, né, eu gosto da área... por enquanto... Porque quando eu era pequena, eu queria ser advogada (JM2AM).

Eu pretendo me formar pra advogada ou então médica... Qualquer um dos dois serve (JM4AM).

Eu quero me formar em medicina, ser psicóloga, quero descobrir mais sobre o pensamento das pessoas, saber o que se passa na cabeça das pessoas (JM6AM).

Eu quero me formar pra arquiteta, não sei se aguento a matemática, pretendo, eu acho interessante a parte de decoração de interiores, eu gosto disso, eu até tentei outra, mas desisti do curso porque achei que não era o ideal não (JM9AM).

Eu quero dar aula de inglês. Eu gosto (JM8AM).

Advogado, fazer direito (JH5ANE).

Eu queria ser enfermeira, mas tô pobre, né (JM19AN).

Esse grupo é formado por jovens que sonham em fazer cursos superiores em que o campo de atuação é mais comum nos espaços urbanos. São jovens que não se identificam com o trabalho agrícola, portanto almejam ingressar na faculdade, trabalhar em outras profissões. Fazer uma faculdade é uma estratégia vista pelos/as jovens como uma possibilidade de se afastar da profissão de agricultor. Essa é uma estratégia idealizada também por muitas famílias dos/das jovens, com as quais eu conversei no caminho da pesquisa.

Portanto, é uma alternativa coletiva pensada frente à falta de perspectivas de estudo e trabalho nas localidades onde vivem, situadas em pequenos municípios no interior da Bahia, que, assim como outros espalhados pelo país, enfrentam o problema da saída dos/das jovens do campo em destino às cidades ora em busca de estudo, ora em busca de trabalho, ou os dois concomitantes.

Os cursos escolhidos pelos/as jovens desse grupo são: Medicina, Direito, Enfermagem, Arquitetura, Psicologia, Pediatria e Licenciatura em Inglês. Alguns jovens desse grupo demonstraram indecisão entre os cursos de medicina e direito, chegando a afirmar que qualquer um dos dois serve, como ficou explícito nos relatos expostos.

Há de se considerar, no entanto, que muitos dos cursos escolhidos pelos/as jovens foram historicamente destinados aos filhos da burguesia, principalmente os cursos de medicina e direito. Estes ocuparam e ainda ocupam um lugar privilegiado no imaginário da sociedade, o que não justifica que esses/as jovens não possam desejar, ser um/a médico/a, um/a advogado/a. O direito de escolha precisa ser garantido às pessoas na sua totalidade, independentemente das condições materiais, simbólicas e localização geográfica onde os indivíduos vivem.

Reafirmo a necessidade de se continuar exigindo a garantia do direito de igualdade a todos os cidadãos, sejam eles do campo ou da cidade. Esse direito tem sido bandeira de luta dos povos do campo, que por sinal já obtiveram algumas conquistas, a exemplo do curso de Direito voltado para os sujeitos do campo que já acontece em algumas universidades públicas do país, como foi referendado anteriormente.

Projetos rurais

Numa direção oposta à do grupo anterior, jovens assumem o desejo de se formar em um curso superior ou técnico que não lhes tire o contato com a meio rural. Suas escolhas são indicativos dos valores, sentimentos que nutrem em relação ao trabalho camponês. São valores e sentimentos que os mobilizam em elaborar ou idealizar projetos de futuro profissionais e pessoais que não os/as afastem do campo. São jovens que se identificam com a agropecuária e com a vida no meio rural.

No momento da realização dos grupos focais e em diálogos informais que estabeleci com os/as jovens no período de incursão nos espaços onde

a investigação foi realizada, os/as jovens demonstraram que, apesar das dificuldades enfrentadas pelas suas famílias em garantir a manutenção das unidades familiares: alimentação, escola dos/das filhos/as, saúde, enfim, na visão desses/as jovens, o campo ainda é um lugar bom para se viver. Vejam-se relatos de alguns jovens que pretendem se formar e continuar no campo.

Eu pretendo estudar pra ser veterinária, porque eu gosto de animais, eu gosto de estudar animais **(JM11AN)**.

Eu, no meu caso, pretendo fazer uma faculdade de veterinária, mas pensando pra área da zootecnia **(JM1AM)**.

Eu já pensei em agronomia, mas vamos ver, é difícil, vou ver **(JH3AM)**

Se eu formar, eu quero ser veterinária, eu gosto de mexer com bicho **(JM16AN)**.

Eu também penso fazer veterinária **(JM17AN)**.

Eu já pensei em tantas coisas, um micro, um pequeno empresário, a coisa não é muito fácil não, vamos ver, o pensamento não paga nada pra pensar, tentar não custa nada **(JH2AM)**.

Quero estudar pra continuar no campo, pensei em ser Técnico Agropecuário **(JH6AN)**.

Eu gostaria de mexer com pintura, eu aprender e mexer assim com artesanato é o que tenho em mente **(JM20AN)**.

Observa-se que, além dos/das jovens que pretendem fazer uma faculdade, ter um curso superior, desejando arrumar um emprego no meio rural, encontram-se aqueles/as que buscam ser um micro ou pequeno empresário no campo, ser técnico agropecuário e/ou exercer o trabalho com artesanato. É importante ressaltar que a confecção de artesanato como estratégia de produção também aparece nos relatos das mães entrevistadas na pesquisa. Muitas mães dos dois assentamentos lócus da investigação me revelaram que é preciso inventar alguma coisa dentro dos assentamentos para aumentar a renda das famílias; que às vezes, as mulheres, quando não estão na roça junto aos maridos, ficam dentro de casa assistindo à televisão, ao invés de estar fazendo alguma coisa, a exemplo de artesanato para vender e ajudar na renda da família.

Desse modo, percebi um desejo, tanto por parte de algumas jovens

como de muitas mães, em criar, desenvolver alguma atividade produtiva, diferente da agropecuária, que pudesse auxiliar a renda da unidade familiar, a permanência da juventude no campo e fortalecer, assim, o processo de reprodução social da família camponesa, que tem enfrentado dificuldades financeiras. Essa realidade é também vivida por outros assentados da Reforma Agrária, em especial os/as jovens, como os/as pesquisados/as por Costa e Ralisch (2013) no Assentamento Florestan Fernandes, localizado no município de Florestópolis (PR). Essa pesquisa realizada por esses autores indica que dos/das jovens entrevistados/as 22,2% querem sair do campo por não se identificarem com a vida de agricultor; 44,4% gostam de trabalhar com atividades rurais e viver no assentamento, mas a condição financeira da família obriga a sair, ou seja, necessitam sair, mas preferiam ficar e, 33,4% dos/das jovens querem ficar no campo, esses/as são os/as jovens de melhores condições financeiras entre os grupos de jovens investigados/as nesse estudo. A fala a seguir ilustra bem essa situação: “A questão que a gente deixa de sonhar é por causa da condição financeira, a gente deixa de sonhar por causa disso, e às vezes a gente desanima por falta de ânimo mesmo” (JM20AN).

A fala dessa jovem atribui à condição financeira a responsabilidade da “morte” dos sonhos. Portanto, a partir dessa compreensão, o direito de sonhar perpassa pela condição material que possibilita acessar determinados bens. Isso implica pensar que sonhar, no campo brasileiro hoje, está cada vez mais difícil frente às condições de precariedade vivida pela população do meio rural, principalmente os/as jovens, que se encontram em um momento da vida propício a elaborarem idealizações, se projetarem num futuro mais distante.

Os jovens indecisos...

Escolher, traçar projetos de futuro, sejam eles pessoais ou profissionais, provocam tensões e conflitos diante das incertezas postas pelas mudanças ocorridas na sociedade capitalista no campo e na cidade. No caso específico dos/das jovens deste estudo, encontram-se jovens que ainda não pararam para pensar a respeito de que profissão gostariam de seguir. Uma jovem expressa que só no decorrer do tempo é que ela vai descobrir que carreira escolherá para si; é como se ainda não fosse tempo para fazer esse tipo de escolha, tomar essa decisão. Esse grupo de jovens se acha jovem demais para se preocupar com o futuro.

Eu ainda não sei, vou ter que pensar, no decorrer do tempo eu vou descobrir (JM12AN).

Eu não sei ainda, quem sabe é o tempo. Até agora eu ainda não achei nenhuma profissão que eu gosto (JM13AN).

Eu não pensei em nada, nenhuma profissão (JM10AM).

Eu pretendo estudar mais, fazer algum curso, mas profissão mesmo assim eu não tenho nenhuma não (JM7AM).

Eu não defini especificamente uma profissão, mas ser uma pessoa bastante informada das coisas do mundo, eu gostaria de ser bem informada, estudar (JM20AN).

Eu só penso terminar o ensino médio... Terminando o ensino médio, aí... Vou ver que minha vida vai decidir aí, viu, terminou o ensino médio aí, vou ver o caminho que a gente vai (JH1AM).

Nota-se que os/as jovens são atravessados por um sentimento de indecisão sobre quais profissões escolherão. É como se lhes faltassem maturidade para decidir algo tão importante para suas vidas que lhes proporcionaria uma dimensão maior na perspectiva da inserção social. Nesse sentido, reafirmo que a juventude não pode ser compreendida apenas como uma breve passagem da infância para a maturidade ou uma transição para a vida adulta. A Juventude é um momento complexo da vida humana, carregado de significação social, de profundas definições de identidade na esfera pessoal, social, profissional, o que requer intensa experimentação em diferentes esferas.

Percebe-se uma complexidade inerente à juventude e ao ser humano, nas falas dos/as jovens transcritas acima. Enquanto a jovem pretende estudar para ser bem informada, mesmo não sabendo dizer que profissão quer seguir, por outro lado, o jovem pensa esperar o término do ensino médio para ver que caminho trilhar. Frente a tantas questões que imprimem a diversidade e singularidade dos/das jovens pesquisados/as, compreendo, as condições juvenis se desenvolvem em múltiplas dimensões, logo o tempo dos/das jovens é diferente e suas condições juvenis assumem contornos diferentes. Isso significa que, enquanto para uns é tempo de pensar, idealizar seus projetos de futuro, para outros, é tempo de indecisão.

As perspectivas dos/das jovens, homens e mulheres, frente às

condições objetivas e subjetivas, passam a ser vivenciadas num contexto de luta pela sobrevivência e por um lugar no espaço e no tempo. As circunstâncias que lhes são impostas ao mesmo tempo em que servem de estímulos para uns, servem para desmotivação de outros. Entre tomada de decisão, projeção de sonhos, frustrações e indecisão, os processos constitutivos do ser jovem de assentamentos rurais se fazem de formas diferenciadas. Na compreensão de Pais (2006), são muitos os contratempos que caracterizam a condição juvenil contemporânea. Esse autor sugere que muitos dos/as jovens de hoje não sabem se o futuro está próximo ou longe, nem tampouco que o futuro os/as espera. “As trajetórias de vida de muitos jovens assemelham-se a jardins labirínticos de sendas que bifurcam” (PAIS, 2006, p.10). Isso significa que nem sempre os/as jovens conseguem atingir os projetos estabelecidos. Muitas vezes, eles/as não conseguem nem mesmo se encontrar a tal ponto de se projetar, seja por uma questão de maturidade ou de outra natureza, como a falta de condições materiais e subjetivas de sobrevivência.

Desse modo, adoto o ponto de vista de Carneiro (2011) quando ela sugere que devemos situar os/as jovens numa perspectiva de um conjunto de sujeitos tributários de um processo social e histórico decorrente da constituição de uma territorialidade, portanto cabe-nos reconhecê-los/as a partir de suas especificidades locais. Autores como Wanderley (2007); Carneiro (2011); Castro et al. (2009), dentre outros, têm apontado a imprecisão da categoria juventude rural. Assim sendo, e considerando as especificidades dos/das jovens da pesquisa que ora se realiza, ou seja, filhos/as de agricultores assentados da Reforma Agrária, entendo que eles/as devem ser compreendidos/as levando em conta as contradições sociais que permeiam a produção objetiva e subjetiva dos sujeitos jovens na realidade em que estão inseridos.

Castro (2009) destaca que as dificuldades que afetam os/as jovens não podem ser tratadas descoladas dos problemas que atingem as suas famílias nas diversas formas de reprodução. Os problemas das famílias envolvem também os/as jovens e vice-versa. Evidentemente, alguns problemas atingem os/as jovens com mais intensidade e de forma mais direta.

Diante do exposto, há de se ponderar que a complexidade das condições reais vividas por esses/as jovens sugere a necessidade de um debate profícuo acerca da implementação e da materialidade das políticas públicas que de fato contemplem as áreas de Reforma Agrária, não só voltadas para a juventude, mas para o coletivo de sujeitos que habitam esses espaços.

Considerações finais

Como demonstraram em suas falas, os projetos de futuro/vida dos/das jovens caminham em duas perspectivas. Uma, em relação à cidade; e outra, na direção do campo. Na primeira direção vão os/as jovens que escolheram fazer faculdade em áreas que não têm relação com o trabalho agropecuário e nessa busca de autonomia financeira depreciam o trabalho na agricultura, sinalizando um afastamento da identidade camponesa; e, na segunda perspectiva, estão os/as jovens que apresentam uma relação mais afetiva com o trabalho camponês e apontaram cursos que pretendem fazer, os quais têm relação com a vida do homem do campo, com o trabalho agropecuário. E há um terceiro grupo de jovens que ainda não sabe que profissão quer seguir.

Assim, as autorrepresentações que caracterizam o modo de vida dos/das jovens de assentamento rural de Reforma Agrária traçam o retrato da heterogeneidade da juventude dos espaços investigados, atravessados de tensões, conflitos, discriminação e contradições impostas por um modelo hegemônico de desenvolvimento capitalista que tem se expandido no campo brasileiro, e, por conseguinte, interferido exclusivamente na vida dos sujeitos do campo. Isso contribuiu para entender que os/as jovens pesquisados se constituem como seres sociais por meio de dimensões diversificadas, logo não é possível compreendê-los/as apenas por critérios precisos e estáveis demarcados anteriormente. Os/as jovens, diante das condições objetivas e subjetivas em que vivem, constroem suas estratégias de forma peculiar para se situarem nos espaços e tempos existenciais. São jovens movidos pelos seus sonhos, mas também conscientes das incertezas e dificuldades que encontrarão na corrida em busca da realização de seus sonhos.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 70. ed. Lisboa, Portugal: Geográfica Editora, 1979.

BRASIL. **Resolução N. 466**, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em:<

<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 29. Jan. 2015.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luiz Antônio. **O que são os assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BUAINAIN, Antônio Márcio. Reforma Agrária por conflitos: a gestão dos conflitos de terras no Brasil. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (Coord.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008. Cap. I, (p.17-129).

CARDOSO, Ruth; SAMPAIO, Helena Maria Sant`Ana. **Bibliografia sobre a juventude**. (Org.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho (Org.). **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998. (p.95-117).

_____. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. 2. Reimpressão, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. (p. 243-261).

CASTRO, Elisa Guaraná, et al. **Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciências Sociais, Niñez y juventud**, v.7, nº 1, (s/p), ene/jun, 2009.

COSTA, Fernando Luiz Martins; RALISCH, Ricardo. Juventude rural do assentamento Florestan Fernandes no município de Florestópolis (PR). **RESR**, Piracicaba – SP: v., 51, nº3, (p.415-432), 2013.

DEZ ANOS do Assentamento Marrecas/Malhada, BA. Produção: Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia, Polo de Guanambi e

Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Marrecas. Malhada: 2010. DVD (30 min).

FERNANDES, Bernardo Mançano. Acampamento. In: CALDART, et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. (p.21-25).

FREITAS, Goretti Maria Sampaio. **Sob o signo da relação: a mídia e os sentidos culturais dos jovens residentes em assentamentos rurais do MST**, PB. 2010. Fl.206. Tese de Doutorado em (Sociologia). Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, Trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São PAULO: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (p.180-216).

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo 2006/2010. Disponível em:<www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15, maio.2013.

MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997. (p.45-67).

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de; LEITE, Sérgio Pereira. Perspectiva para análise das relações entre assentamentos rurais e região. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho (Org.). **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998. (p. 151-176).

MENDONÇA. Sônia Regina de. Estado. In: CALDART, et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. (p.347-

353).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Trabalho de campo**: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). 25. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. Ver. e ampl. (p.61-77).

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGÊNIO, Fernanda (org.). **Culturas Jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. (p.105-120).

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**. v. XXV (105-106), 1990. (p.139-165).

_____. Busca de si: expressividade e identidades juvenis. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGÊNIO, Fernanda (Org.). **Culturas Jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. (p.7-21).

ROSA, Marcelo Carvalho. Ocupações de terra. In: CALDART, Roseli Salete; et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012. (p.509-518).

SOUZA, Suzane Tosta. **Luta pela terra e reprodução camponesa no sudoeste da Bahia**. XIX Encontro Nacional de geografia agrária, São Paulo: 2009. Disponível em: < http://www.geografia.flch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Souza_ST.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2014

STROPASOLAS, Valmir L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

TRINDADE, Domingos Rodrigues da. **O potencial da Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília para a produção de ações contra-hegemônicas**: um estudo de caso no Assentamento Itaúna em Planaltina de Goiás. 2011.Fl.167. Universidade de Brasília, Faculdade de Educação. Dissertação de mestrado em (educação). 2011.

WANDERELEY, Maria de Nazareth Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. (p.21-51).

_____. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais**: mapas de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

_____. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. Fl. 331. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese de doutorado em (Sociologia). 2009.

_____. Socialização e projetos de jovens agricultores familiares. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. (237-251).

_____. Alcances e limites das políticas de desenvolvimento rural para o combate a pobreza. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.). **Pobreza Rural**: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas. Brasília: IICA, 2011. Série Desenvolvimento Rural Sustentável: Edição Especial. (p. 105-107).